

A TRANSEXUALIDADE EM CLOSE: A TRAJETÓRIA MIDIÁTICA DE ROBERTA CLOSE E A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA TRANSEXUALIDADE

Hugo Felipe Quintela (Doutorando em Sociologia e professor de Sociologia)

Ivan Luiz Resende (Servidor do Ifes)

Diones Augusto Ribeiro (Doutorando em História e Professor de História)

Introdução

No início da década 1980, a sociedade brasileira foi confrontada pelo aparecimento de Roberta Close. Modelo e atriz, nascida em 1964, Roberta ganhou *status* de celebridade no início de sua trajetória no *show business* brasileiro. A sua beleza era uma característica marcante e sempre sublinhada pelos meios de comunicação. Todavia, o que projetou Roberta Close no cenário *fashion* e artístico foi o fato de ela ser uma mulher transgênera.

É importante salientar que o “fenômeno” Roberta Close está diretamente ligado ao momento político e social no qual o Brasil estava vivenciando: a abertura política e o eminente fim da ditadura militar. Essa mudança no cenário político brasileiro, na década de 1980, foi crucial para que Roberta Close tivesse a oportunidade de ganhar projeção e visibilidade nos meios de comunicações nacional.

Sublinhar essa particularidade na sociedade brasileira da época é importante, pois, durante a ditadura militar no Brasil (1964 – 1985), principalmente até os últimos anos da década de 1970, o governo ditatorial promoveu uma verdadeira “caça às bruxas” às pessoas LGBT¹. Na visão oficial do governo, essas pessoas representavam uma ordem subversiva ao regime autoritário. Assim, além de uma perseguição² intensa às pessoas LGBT nas ruas, para fazer uma “limpeza” social, o

¹LGBT, ou ainda LGBTTT, é a sigla de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Embora se refira apenas seis, essa sigla também é utilizada para identificar todas as orientações sexuais minoritárias e manifestações de identidades de gênero divergentes do sexo designado no nascimento.

² Um dos marcos da repressão às pessoas LGBT na ditadura foi a “Operação Limpeza”, levada a cabo pelo delegado José Wilson Richetti, em maio de 1980, no centro de São Paulo, com o objetivo de prender homossexuais, travestis e prostitutas (GREEN, 2000).

governo militar despendeu um forte mecanismo de censura contra jornais, revistas, ou quaisquer outros meios de comunicação que dessem algum tipo visibilidade às pessoas consideradas transviadas, como ficou evidenciado no relatório da Comissão Nacional da Verdade publicado em 2014.

A midiatização de Roberta Close, de alguma maneira, representa o afrouxamento, uma flexibilização na censura no início dos anos 1980, que proibia a visibilidade de pessoas LGBT nos meios de comunicação no período ditatorial brasileiro. Flexibilização essa que, naquele momento histórico, era sentida em diversas esferas, sejam elas da imprensa, cultural e artística.

De acordo Berenice Bento (2008) Roberta Close coloca em pauta a experiência da transexualidade de uma forma que jamais havia ocorrido na sociedade brasileira. A experiência de transitar entre os gêneros foi evidenciada e dada uma visibilidade pelos meios de comunicação de forma inédita no Brasil. Foi por meio de Roberta Close que a sociedade brasileira foi exposta com intensidade a uma possibilidade de ser mulher, até então desconhecida de grande parte da população. Segundo Bento:

Pela primeira vez na história do país, a sociedade começou a se deparar com as confusões de gênero em escala midiática. Roberta Close trouxe para a cena nacional o olhar incrédulo de pessoas que a examinavam e buscavam naquele corpo exuberante sinais de masculinidade (BENTO, 2008, p.11-12).

Dessa maneira, Roberta Close coloca na cena social uma experiência de certo modo desconhecida no contexto social brasileiro, apesar de ser vivenciada por diversas sociedades ao longo da história (BRANDÃO, 2011; SAADEH, 2004; THÉVET, 1944; CHILAND, 2008; ARMANTINO, 2011, TREVISAN, 2002; MOTT, 2012; CLASTRES, 2003). A sua exposição pelos meios de comunicação confrontaram, de maneira intensa, as noções rígidas das experiências de gênero que eram conhecidas e aceitas. As convenções sociais sobre a masculinidade e a feminilidade tiveram as suas estruturas abaladas em alguma medida.

Não que tais convenções tenham sido reconfiguradas a ponto de as noções dicotômicas do sexo-gênero (macho-masculino e fêmea-feminino) sofrerem uma mudança profunda, de tal forma que as experiências *trans*³ começassem a ser

³ Entendo como experiência *trans*, toda experiência que rompe com a noção dicotômica e rígida existente, especialmente na sociedade ocidental, do sexo e gênero.

entendidas como possíveis e coerentes por nossa sociedade. Todavia, a visibilidade de Roberta Close direciona o olhar de diversos segmentos da sociedade brasileira para uma possibilidade muito pouco pensada e refletida como sendo possível.

A intensa exposição de Roberta Close foi emblemática na década de 1980, especialmente porque ela trouxe visibilidade para assuntos que muito pouco haviam sido difundidos pelos meios de comunicações nacional – as diversas experiências e possibilidades de gêneros e sexualidades, o universo heterogêneo LGBT. É por meio da exploração constante da imagem de Roberta Close que o cotidiano de grande parte da população foi “invadido” pela imagem de uma mulher muito bela, desejada por muitos homens heterossexuais, que não nasceu com vagina.

Essa exposição constante da imagem de Roberta Close possibilitou, mesmo que de forma embrionária e deformada, o surgimento de fato de uma pauta de discussão social e também política a respeito da transexualidade, que só ganhará espaço e densidade de fato entre os intelectuais, legisladores e juristas brasileiros a partir da segunda metade da década de 1990. Todavia, é importante não sermos inocentes e entendermos que essa exposição produziu uma compreensão coerente e destituída de preconceitos do que seja a transexualidade e outras experiências trans. Mais adiante, veremos que, ao ser divulgada pelos meios de comunicação, a imagem Roberta Close inúmeras vezes é referenciada de maneira direta e indireta como uma aberração, o que contribuiu para a projeção equivocada e negatizada da transexualidade.

Assim sendo, esse artigo pretende produzir uma reflexão e uma breve análise de como a trajetória midiática de Roberta Close contribuiu para dar visibilidade à experiência da transexualidade no Brasil. A intenção central é tentar apontar como se deu a construção da imagem da Roberta Close na imprensa brasileira, com foco na análise da pesquisa em reportagens jornalísticas, na tentativa de compreender quais foram os termos que se deu a divulgação da condição transexual de umas das mulheres mais cobiçadas da década de 1980 e salientar que a posição teórica e política na qual se posiciona o autor desse artigo é aquele que entende a transexualidade, assim como Bento:

Sugiro que a transexualidade é uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero. Essa definição se confronta com a aceita pela medicina e pelas ciências *psi* que a

qualificam como uma “doença mental” e a relaciona ao campo da sexualidade e não ao gênero (BENTO, 2008, p.18).

O *corpus* de pesquisadesses artigos foi composto a partir de um banco de um dos principais jornais do Brasil: Jornal Folha de São Paulo: a justificativa metodológica para a escolha da respectiva mídia sobre cinco aspectos principais: (1) a existência no período de surgimento e maior visibilidade de Roberta Close (1983 a 2016); (2) o âmbito de circulação nacional durante o período selecionado (1983 a 2016); (3) a disponibilidade ou maior facilidade no acesso aos bancos de dados, como acervo histórico digitalizado; (4) a variabilidade temática; (5) a periodicidade. O recorte temporal foi escolhido levando em consideração da primeira citação a última citação do nome de Roberta Close, que vai do ano de 1983 a 2016, que somou um total de 484 páginas.

Dentro desse recorte, que ultrapassa a três décadas, muitas eram citações soltas de eventos frequentados por ela, uma vez que ela virou uma figura constante nos mais diversos eventos da *high society* brasileira. Outras tantas citações estavam relacionadas a mensagens publicitárias e algumas citações eram referências à figura de Roberta Close, usadas de maneira metafórica para se referir a uma experiência de dissimulação de uma situação ou evento. Assim sendo, os conteúdos presentes no jornal Folha de São Paulo, na qual as análises se centraram, foram aqueles que apresentaram uma relevância dentro do jornal, bem como uma relevância analítica para esse artigo, tendo como o foco a Roberta Close.

Durante o período estabelecido, foi selecionado no jornal o *tipo de temática* que interessa: a menção a Roberta Close e a transexualidade, por pesquisa e filtragem pelas seguintes palavras-chave: Roberta Close, transexualismo e transexualidade. Acerca da seletividade maior proposta, o *tipo de temática*, utilizarei, como já dito, a distinção entre abordagens no qual há *centralidade do tema* (capa, notícias, reportagens) e outras em que o assunto aparece como citação, como no índice, ou é apenas referenciado, sem que a Roberta Close seja o assunto principal. Isso possibilitará a formação de um *corpus* sensível às *intensidades* e *relevância* do discurso ao longo do período escolhido.

Uma segunda pesquisa também foi realizada para contextualizar e produzir uma argumentação mais concisa no que se refere à construção social e política da experiência transexual na sociedade brasileira por meio da mídia. Dessa forma,

sabendo que a primeira referência à transexualidade no Brasil foi por meio da polêmica envolvendo o cirurgião plástico Roberta Farina, também foi realizada uma filtragem com o termo Roberto Farina. Assim, foi possível levantar dados sobre as primeiras aparições de conteúdos envolvendo a experiência transexual no jornal Folha de São Paulo.

Um *close* na transexualidade: O caso Roberto Farina a partir do Jornal Folha de São Paulo

Apesar de o foco analítico desse trabalho ser a construção política e discursiva da transexualidade, a partir da trajetória midiática da Roberta Close, é necessário destacar que a experiência transexual entra em cena na imprensa brasileira a partir da polêmica advinda da primeira cirurgia de redesignação sexual concretizada no Brasil. O médico Roberto Farina, em 1971, na cidade de São Paulo, no Hospital Oswaldo Cruz, realizou em Waldir Nogueira (que logo depois do procedimento adotou o nome Waldirene), a cirurgia de transgenitalização. Esse procedimento cirúrgico, na época, não tinha nenhum reconhecimento dos órgãos representativos da classe médica brasileira, o que tornou a cirurgia realizada por Roberto Farina uma ação fora da ética.

Se na atualidade tal procedimento cirúrgico é encarado por diversos setores e segmentos da sociedade brasileira como tabu, preconceito e permeada de incompreensão, na década de 1970 a realização de uma cirurgia de transgenitalização era algo inconcebível.

A cirurgia feita em Waldirene foi realizada em 1971, mas ela só ganhou notoriedade e publicidade em nível nacional depois de um congresso médico realizado em dezembro de 1975, no qual Farina relatou, ao público presente, o seu feito cirúrgico. A partir de então, o caso teve uma intensa repercussão a ponto de o procurador Luís de Mello Kujawski solicitar a prisão de Roberto Farina, uma vez que ele julgava a atitude do médico um crime contra integridade física do seu paciente. Segundo o promotor, os problemas de Waldirene não eram de ordem física, mas sim psíquica e, dessa forma, havia praticado uma mutilação desnecessária na paciente.

No decorrer da década de 1970, algumas notícias foram divulgadas no jornal Folha de São Paulo, privilegiando o teor negativo da ação de Roberta Farina, relacionando sempre a sua ação como passível de condenação.

A primeira reportagem sobre as cirurgias de transgenitalização realizadas por Farina foi divulgada no dia 6 de setembro de 1975, no jornal Folha de São Paulo, na seção intitulada 'Local'. O título da matéria era: "*A reversão sexual: o cirurgião rebate acusações*" e o texto se concentrava na tentativa de o médico se defender das acusações proferidas pelo promotor de justiça Luis de Mello Kujawiski, que compreendia os procedimentos realizados por Farina que infringia o artigo 129 do Código Penal, caracterizando assim ações de lesões corporais em seus pacientes. Nessa reportagem, Roberta Farina explica, a partir de uma visão médica, o que seria a experiência da transexualidade, ressalta que, durante aproximadamente 8 anos, uma equipe de professores acadêmicos estavam estudando "o problema da transexualidade" no Brasil e na América Latina. A reportagem também ressaltava o ano de início das cirurgias realizadas por Farina. Segundo ele, as cirurgias iniciaram-se a partir de 1971, e até a data da reportagem já haviam sido realizadas 11 intervenções, sendo 9 de homens para mulheres e 2 de mulheres para homens. Na mesma reportagem Farina se defende alegando que o que fez não é lesão corporal, uma vez que ele não retirou um órgão útil para o organismo, que não é o caso dos seus pacientes transexuais. O médico ainda faz uma diferenciação entre transexuais e homossexuais e alega esta confiante num resultado favorável do inquérito. A reportagem destaca essa confiança dizendo:

A sua confiança é baseada no fato de que quando do primeiro caso, em 1971, o desembargador Washington Monteiro de Barros deu parecer favorável à intervenção, tendo já o processo para mudança de identidade passado pela 1ª Instância.

A segunda menção ao caso Roberto Farina, no Jornal Folha, aconteceu num pequeno texto, uma nota, publicada no dia 29 de setembro de 1976, cujo título era: *Médico defende cirurgia para mudar o sexo*. O texto estava acima dos classificados, o que demonstra o seu caráter marginalizado dentro do jornal. Nessa nota, novamente Roberto Farina é referenciado a uma fala de defesa da cirurgia de 'mudança de sexo' e, conseqüentemente, a sua própria defesa, tendo em vista que, segundo ele, de acordo com o que foi relatado no jornal, *foi envolvido numa*

campanha que deixou o saldo de uma imagem criminosa de sua pessoa. Um ponto diferenciador no discurso de Farina, nessa segunda menção no Jornal Folha, foi que, de acordo com a nota, ao ser indagado quantos procedimentos cirúrgicos de mudança de sexo já haviam sido realizados, ele se limitou a dizer que foram feitas algumas cirurgias e todas realizadas gratuitamente nos hospitais de ensino. Outro ponto importante do texto é uma fala vinculada a Farina:

O resultado final da cirurgia é a mudança bem completa de sexo e os pacientes só não se sentem completamente realizados e felizes por causa do entrave criado na justiça, por exemplo, quando ao fornecimento de carteiras de identidade e outros documentos. Mas é um tipo de cirurgia válida porque consegue recuperar os pacientes que antes viviam marginalizados.

Em 5 de outubro de 1977, na seção 'Local' do Jornal Folha, o nome de Roberto Farina foi vinculada na seguinte matéria: *Encerrada da defesa do cirurgião Farina*. Novamente, o jornal traz a imagem do médico vinculada a uma defesa da cirurgia de mudança de sexo. Essa matéria noticiava o fim de período de defesa de Roberto Farina. A matéria relatava a opinião das autoridades médicas ouvidas pelo juiz Antônio Carlos Franco. Segundo o texto no jornal, os dois últimos profissionais médicos ouvidos foram o urologista catedrático AssizSadi e o médico Sérgio José Fernandes de Carvalho. Na opinião do urologista, o transexualismo poderia ser definido como o *quarto sexo*. Segundo o texto da referida matéria, para Sadi:

O comportamento, vontade, maneiras, hábitos e vestimentas de uma pessoa, são determinados por seu "sexo psíquico". Em razão do sexo genético os genitais do transexual apresentam-se rudimentares, atrofiados clínica e anatomopatologicamente, pois não tem função.

Nessa mesma matéria, AssizSadi faz referência a Valdir Nogueira, que seria a primeira pessoa transexual a realizar cirurgia, e foi a primeira pessoa a ter o seu nome vinculado à cirurgia de transgenitalização, ou como popularmente é conhecida, mudança de sexo, no Brasil. Sadi, segundo a reportagem, afirmou que foi ele mesmo que autorizou a cirurgia, pois Valdir representava um caso concreto de transexualismo. Waldir Nogueira, que atualmente se chama Waldirene, foi uma das personagens centrais no caso Roberto Farina, pois foi a partir da cirurgia realizada nela que Farina foi acusado de lesões corporais.

Em nove de outubro de 1977, é dado voz, pela primeira vez, mesmo que de maneira indireta e superficial, a Waldirene na matéria cujo título era *Cirurgia de transexual pode receber punição*, na seção 'Caderno Local', página 28. O texto

informava da possibilidade de Roberto Farina vir a ser enquadrado no artigo 129 do Código Penal, uma vez que a cirurgia realizada em Waldirene configuraria como crime de ofender a *integridade corporal ou a saúde de outrem*. O texto da matéria utilizou a expressão a atual Waldirene, salientando que era esse termo usado para referi-la na imprensa e trouxe declarações nas quais ela dizia: *muito satisfeita com a operação* e, segundo o relatado no jornal, *dizter conseguido uma vida absolutamente normal, muito melhor do que antes*. Nessa matéria, Waldirene é intitulada com a primeira pessoa a ter realizado, nos termos do jornal, uma ‘operação transexual’ no Brasil.

Um dos nomes centrais desse texto foi Hélio Pereira Dias, assessor jurídico do Ministério da Saúde, que considerava a possibilidade de Farina ser punido pela realização da cirurgia em Waldirene. A matéria ressaltou a posição conservadora de Hélio Dias que, para ele, Farina havia infringido o código de ética médica, que veda aos médicos indicar ou executar intervenção cirúrgica desnecessária. O texto da matéria salientou que Hélio compreendia que a *sociedade espera que ele (Farina) atue dentro de rígidas regras de conduta ética e moral, e de acordo com as técnicas e conhecimentos da medicina moderna*”. Em contrapartida, mesmo que não convencendo Hélio Dias, de acordo com a matéria, os médicos envolvidos no caso declararam que:

otransexualismo pode ser definido como uma dissociação entre o sexo morfológico (aparente) e o sexo emocional, ou seja, entre os aspectos do indivíduo e sua estrutura psíquica. O transexual já nasce com essa antinomia entre o corpo e a mente, de sorte que, não sendo homossexual, rejeita a sua conformação anatômica aparente, procurando a autocastração, macerando seus órgãos genitais, podendo até chegar ao suicídio, em virtude de angústia e depressão brutal, provocado por este estado de coisas. Ele não é um “doente mental”, mas pode ser levado a este estado em função dos graves problemas provocados pela situação.

Reversão sexual leva médico à condenação, esse foi o título da matéria divulgada no jornal Folha, no dia 7 de setembro de 1978, na seção ‘Local’. A matéria trazia a notícia que Roberto Farina havia sido condenado a dois anos de reclusão, tendo como a prerrogativa da punição o argumento de que a os procedimentos cirúrgicos realizados por ele, denominados na época como *reversão sexual*, configurava delito de lesões corporais dolosas de natureza gravíssima, não passando de uma mutilação imposta ao paciente. A matéria fazia referência

novamente a Waldirene que, segundo a acusação sustentada pelo promotor Messias Piva, a operação realizada por Farina em Waldirene *“ofendeu a integridade física do paciente, uma vez que daquele ato cirúrgico resultou para o ofendido perda irreparável dos órgãos sexuais e inutilização de suas respectivas funções”*. Outro trecho muito interessante dessa matéria foi o que relatava a sentença dada pelo juiz Adalberto Spagnuolo a Farina, que dizia:

De toda a prova colhida verifica-se que somente informações teóricas, vagas, incongruentes e até levianas aprovam a cirurgia questionada. Não se demonstrou, em nenhum momento, que a vítima é um transexual e que necessitava, em consequência, da cirurgia realizada para a sua adaptação. Trata-se, seguramente, de pessoa do sexo masculino: possuía pênis e testículos, ainda que “de volume reduzido e consistência amolecida”.

A matéria também fez referência aos professores Canger Rodrigues e Miller de Paiva, que foram ouvidos pelo juiz Adalberto Spagnolo. Segundo esses professores, o tratamento que seria adequado para casos de *transexualismo*, mesmo primário, seria a psicanálise e não a cirurgia. Segundo a matéria, o juiz salientou:

Optou pela cirurgia. Afinal, trata-se de uma novidade, já realizada em outros países! Com o material necessário, um angustiado jovem, que, movido não só pelo desequilíbrio interno, mas pela monstruosa propaganda que se faz das aberrações sexuais e uma técnica cirúrgica bem aplicada, operou-se o “milagre da transformação”. Praticou-se a mutilação irremediável [...] Permitir que se façam experiências, como mutilação irreversível, em nome de suposto progresso da medicina? Que sentimento nobre preside à atividade daquele que, não desconhecendo o resultado mutilante, irreversível e impediendo de outra terapia logicamente mais adequada, a realiza? Na verdade, só o desejo da notoriedade, do sensacionalismo e outros impulsos menos nobres se fazem presentes.

A matéria também diz que, segundo o parecer do juiz, para além de uma falta grave objetiva ao paciente, com a mutilação da sua genitália, a ação de Roberto Farina também tinha uma consequência de ordem social que, de acordo com o relatado na matéria, o juiz entendeu que *a transformação do sexo poderia ter reflexos na ordem civil, induzindo em erro sobre o estado do ofendido, até mesmo ensejando um simulacro de casamento*. Farina foi indiciado sob pena de lesão corporal mínima, não tendo todas as suas atividades médicas restritas, mas apenas a proibição da realização da cirurgia de mudança de sexo. Contudo, conforme essa matéria, Roberto Farina não estaria livre do risco de vir a sofrer novos processos, uma vez que o magistrado, em sua sentença, não havia julgado as demais cirurgias

antes realizadas, focalizado a sua sentença no caso de Waldirene e, por isso, ficaria a critério do Ministério Público iniciar um processo de pena adequado.

Em 1979 que Roberto Farina será absolvido das acusações de lesões corporais em Waldirene (Waldir Nogueira). A matéria que divulgou essa notícia foi a do dia 7 de novembro de 1979, na seção Polícia, e tinha como título *Justiça nega lesões e absolve cirurgião*. A matéria evidenciou a argumentação da defesa, a qual se respaldou no fato de que não ocorrera nenhum tipo de lesão corporal, tendo em vista que não houve inutilização de órgão ou função, mas a adaptação de órgão e criação de função até então inexistente, salientando ainda que a cirurgia teria preservado a saúde mental de Waldirene. A matéria ainda expôs a argumentação do juiz Djalma Lofrano que entendeu que o paciente não era homossexual, e sim transexual e, portanto, “a cirurgia não significou propriamente mudança de sexo, mas condução para motivos terapêuticos e corretivos, ao sexo organicamente preponderante e psiquicamente exclusivo”.

A partir dos trechos citados, das matérias publicadas pelo jornal Folha de São Paulo ao longo da década de 1970, a experiência transexual foi apresentada à sociedade brasileira, vinculada ao médico Roberto Farina. Essa vinculação associou diretamente tal experiência a uma condição criminosa e passível de punição. A punição de Farina foi uma instância institucional, mas as pessoas que vivenciavam a transexualidade e, principalmente aquelas que haviam sido operadas por Farina, também foram punidas de diversas instâncias. Waldirene, com a midiaticização do seu caso, depois da sua cirurgia, teve a sua vida privada invadida. Ela, que havia conseguido a alteração do seu nome, teve revogada a sentença e por isso voltou a se chamar Waldir, em seu registro civil.

A transexualidade ao ser vinculada a *atos criminosos*, de forma indireta ou direta, produz uma noção negativada de tal experiência. É importante salientar que, na década de 1970, havia um desconhecimento profundo do que vem a ser identidade de gênero e as diversas possibilidades da sexualidade humana. A nossa sociedade, ainda intensamente envolta numa moralidade que era vigiada por diversos setores de nossa sociedade, especialmente pelo Estado militar, contribuiu para que esse desconhecimento gerasse uma exclusão e marginalização da população LGBT. As pessoas entendidas como subversivas eram estigmatizadas e,

por consequência, tinham a sua experiência social marcada por diversas restrições e punições institucionalizadas e não institucionalizadas.

Ao vincular a transexualidade a um ato passível de crime, como foi caso das cirurgias de transgenitalização realizadas por Farina na década de 1970, havia uma compreensão social que não entendia apenas as cirurgias como “erradas”, mas também a própria experiência transexual seria um equívoco e, por isso, também merecia punição.

As matérias divulgadas no jornal Folha de São Paulo, sobre o caso Roberto Farina, têm seus conteúdos ancorados em duas vertentes: acusação e defesa. É especialmente nos trechos relacionados à defesa que é dada à experiência transexual algum teor explicatório. Nesse momento, da trajetória da transexualidade em nossa sociedade ocidental, ainda era muito intensa a dimensão patológica que era dada a essa experiência. Ainda hoje, a transexualidade é carregada de uma ideia de patologia, mas, desde o início dos anos 2000, temos diversos estudos (BENTO, 2006 e 2008; BURLER, 2003 e 2006; PRECIADO, 2002) que buscam superar essa noção de doença que a experiência transexual tem carregado desde sua medicalização. Então, de acordo com o divulgado no Jornal Folha sobre o caso Roberto Farina, na década de 1970, há um binômio de possíveis interpretações sobre a transexualidade. Ora uma experiência criminalizada, ora uma experiência patológica dos gêneros e da sexualidade. Ambas as interpretações produzem uma significação negativa de tal experiência. A produção discursiva com expressões adjetivadas, numa abordagem superficial em matérias jornalísticas de grande circulação tem o poder de difundir uma mensagem que tende a ganhar relevância e intensidade, reforçando uma apreensão da experiência transexual permeada de um senso comum nocivo que, entrelaçado a um discurso que se passa por imparcial e cientificizado, como é o jornalístico, reforça preconceitos e conduz as pessoas que vivenciam experiências que confrontam a moralidade e “normalidade” de um tempo a uma vivência guetificada.

A ausência quase total da opinião das pessoas transexuais envolvidas no caso, em especial a de Waldirene, uma vez que foi a sua cirurgia que motivou o processo punitivo de Roberto Farina, também é muito significativo na construção social e política da experiência transexual em nossa sociedade. Foi retirado de Waldirene o protagonismo da sua experiência e da sua história. Vemos, nos trechos

referenciados, que, em todo momento, médicos e juristas dizendo sobre o que ela é ou não é. Novamente, acredito que o momento ditatorial do Brasil foi um dos limitadores que possivelmente “calou” a opinião e a possibilidade de Waldirene protagonizar uma experiência que era vista como subversiva e, por isso, o Jornal Folha tenha negligenciado e quase invisibilizado a sua condição centralizada no caso Roberto Farina.

Sobre a patologização da transexualidade, a socióloga Berenice Bento (2006) afirma que as teorias propostas que constituíram a transexualidade tiveram desdobramentos “micro” e “macro”. Segundo a autora, o nível micro se refere à maneira como a pessoa se reconhece ou reconhece a outra como transexual; e o nível macro seriam os desdobramentos que se referem à compreensão que as instituições têm das pessoas transexuais, principalmente a Justiça e a Medicina que, diante das demandas para a mudança dos documentos e/ou corpos, fazem avaliações sobre suas feminilidades/masculinidades. Nesse sentido, faremos um breve resgate de bibliografias que discutem a temática da transexualidade, a partir da perspectiva da medicina e do direito, a fim de situarmos melhor a nossa abordagem do tema.

O fenômeno da transexualidade, portanto, ao tratar de questões estreitamente imbricadas com condutas médicas, intervenções cirúrgicas e hormonais sobre seres humanos, questões essenciais relacionadas à forma como determinados indivíduos vivenciam a sua sexualidade, a imagem que têm de si e a própria vida que levam, sendo esta uma antes da cirurgia de transgenitalização e outra completamente diferente após a realização desta cirurgia, e tendo, ainda, fortes implicações de ordem moral e ética (tanto social, quanto profissional), não poderia, jamais, por consequência lógica em face de tudo o quanto ora se expôs, deixar de ser alvo específico dos estudos tanto do Direito Médico ou Biomédico quanto da Bioética, tal qual já vem sendo de longas datas (PEREIRA, 2010, p.843).

Como bem pontuou Cossi (2011), coube à Medicina ter elevado à experiência transexual à categoria de entidade patológica. Dessa forma, é importante situarmos a transexualidade dentre dos campos da medicina e do direito, a qual, para esses campos, é entendida como transtorno psíquico. Ramsey (1998) nos diz que, na história, existem vários casos de primeiras cirurgias de reconstruções dos órgãos genitais, por conta de acidentes, como também cirurgias que visavam à reparação desses órgãos e o tratamento com hormônios nos casos de anomalias sexuais.

A apropriação da transexualidade pela medicina levou a compreensão da relação gênero e sexualidade a ser entendida biologicamente e geneticamente definida, ou seja, a relação que entendida como coerente, normal e saudável é o modelo dicotômico homem/masculino e mulher/feminino, tendo desejos sexuais pelo par de oposição. Essa perspectiva biologizante dessa relação gênero/sexualidade, quase sempre impossibilita a compreensão da transexualidade. Essa incompreensão se deve ao fato de o indivíduo transexual se enquadrar numa categoria desviante de possibilidades de gênero e sexualidade, pois esse indivíduo rompe como o modelo dicotômico do sistema sexo/gênero

A perspectiva adotada para se referir à experiência da transexualidade, presentes nas matérias divulgadas no jornal Folha de São Paulo, na década de 1970, está inserida num contexto que objetiva adaptar o corpo do sujeito às regras de gênero e à sexualidade socialmente estipuladas. Essas regras têm sua sustentação no discurso biomédico e no sistema heteronormativo, que fixa o binarismo de gênero, desconsiderando que os polos podem ser múltiplos e plurais.

A esperada coerência entre sexo, gênero e sexualidade, uma coerência tida como “natural”, a qual os indivíduos deveriam apresentar, também situa e define os corpos que fogem dessa coerência. Esses sujeitos, em especial os transexuais, transgridem as normas esperadas, assumindo outras formas de sexualidade e de gênero. Eles fogem do padrão, dito normal, da relação esperada gênero-sexo-sexualidade e não se enquadram nessa relação de forma linear e natural. E os sujeitos denominados como transexuais pelo discurso biomédico não se encaixam no que foi socialmente estipulado e naturalizado como próprio ao seu sexo biológico. Os transexuais então burlam a “coerência” imposta pela nossa sociedade e nos fazem refletir no efeito dessa perspectiva binária no nosso cotidiano e, dessa maneira, tecem uma nova teia de significado do gênero.

Todo esse contexto nos leva a entender que, em nossa cultura, existem determinadas políticas de corpo e saúde que controlam o que pode e o que não pode ser feito com os corpos e isto passa tanto pela regulação do aborto como pela reconstrução compulsória de genitálias ambíguas e designando alguns casos como elegíveis para a cirurgia de redesignação sexual. Todavia, nessas políticas do corpo, é tomado a heteronormatividade como a padrão para a linearidade sexo-gênero-sexualidade.

3 - A mulher mais bonita do Brasil é um homem: a construção do mito Roberta Close no jornal Folha de São Paulo.

Falar de Roberta Close é, de alguma maneira, falar da construção de um mito da sociedade brasileira, que foi popularizado, principalmente, na década de 1980. Foi a partir de uma matéria divulgado no jornal Notícias Populares⁴, que Roberta Close ganhou o título de mulher mais bonita do Brasil. Na reportagem *A mulher mais bonita do Brasil é homem*, do dia 31 de maio de 1984, divulgou a imagem de Roberta, sublinhando seus atributos físicos e conclui, ao final, que ela *sem dúvidas merecia ter nascido mulher*.

A partir dessa matéria, a figura de Roberta Close ganhou notoriedade na imprensa brasileira, levando-a a participar de diversos programas televisivos e eventos da 'alta sociedade' brasileira. Mas o marco que efetiva o mito Roberta Close foi o fato de ela ter estampado a capa da revista *playboy*⁵ brasileira em maio de 1984, numa edição especial da revista. A chamada da capa da revista era: "Incrível. As fotos revelam por que Roberta Close confunde tanta gente". As fotos não expuseram a genitália de Roberta, uma vez que ela ainda não havia realizado a cirurgia de transgenitalização, que só veio a ocorrer em 1989. Foi a primeira e única vez que uma mulher trans estampou as páginas da revista *playboy* no Brasil.

De acordo com Roland Barthes (2001), o mito é um sistema de comunicação, é uma mensagem. Eis porque não poderia ser um objeto, um conceito, ou uma ideia: ele é um modo de significação de forma."Todavia, para que o mito seja estabelecido, ele deve possuir parâmetros históricos, condições de funcionamento e fazer parte de alguma sociedade. Segundo Barthes, tudo pode se tornar mito, desde que esse tenha um discurso que possa ser julgado como tal, pois "o mito não se define pelo objeto de sua mensagem, mas pela maneira que a profere." (2001, p.131). De acordo com Barthes:

⁴ Notícias Populares, também conhecido simplesmente como NP, foi um jornal que circulou em São Paulo entre 15 de outubro de 1963 e 20 de janeiro de 2001 e era conhecido por suas manchetes violentas[2] e sexuais. É considerado até hoje "sinônimo de crime, sexo e violência". Seu slogan era "Nada mais que a verdade". O jornal era publicado pelo Grupo Folha, mesma empresa que publica os jornais Folha de S.Paulo e Agora São Paulo e publicava o jornal Folha da Tarde.

⁵*Playboy* é a versão brasileira da revista masculina homônima americana. Originalmente publicada pela Editora Abril, teve sua edição inaugural em 1975 e foi encerrada 40 anos depois, terá sua segunda tiragem a partir de abril de 2016 pela editora PBB Entertainment. Revista voltada para o público masculino que durante anos estampou em suas páginas as mulheres consideradas as mais bonitas do Brasil.

A mídia pode servir de suporte para a fala mítica, pois a fala nada mais é que a mensagem. [...]. Pode, portanto, não ser oral; pode ser formada por escritas por representação. O discurso escrito, assim como a fotografia, o cinema, a reportagem, o esporte, o espetáculo, a publicidade, tudo isso pode servir de suporte para a fala mítica (BARTHES, 2001, p. 132).

Ainda nesse sentido, Everardo Rocha, vai dizer que “o mito funciona socialmente. Existem bocas para dizê-lo e ouvidos para ouvi-los” (ROCHA, 1991, p.10). Na atualidade, podemos entender que a mídia ocupou o papel que antes era ocupado pelo povo. Nos dias atuais, os meios de comunicação se encarregam de propagar os novos mitos. Assim, de acordo com Rocha:

O mundo moderno, capitalista, contemporâneo é um belo exemplo de sala de visitas do mito. Aqui, bem em frente aos nossos olhos anúncios publicitários, filmes, notícias de jornais, super-heróis, música popular, fotografias, etiquetas, modas, televisão, programas de rádio, superstars, superstições, consumo, supermercados, esportes, best-sellers, nos contemplam, seduzem e abandonam. Todo esse universo tão próximo e tão rotinizado em nossas vidas. Tão aí presente, inapelável e, por isso mesmo, um constante desafio a interpretação. (ROCHA, 1991, p.94)

Assim, poderemos perceber que Roberta Close foi elevada à figura mítica na sociedade brasileira, desde a sua aparição para o grande público. Abaixo, veremos alguns trechos extraídos do jornal Folha de São Paulo, que nos ajudam a visualizar essa condição protagonista na divulgação da experiência da transexualidade na sociedade brasileira, como também nos elucida essa perspectiva que mitifica a sua existência enquanto pessoa. A partir de então, veremos algumas matérias do jornal Folha de São Paulo sobre Roberta Close, para que possamos perceber a construção desse mito e quais categorias sociais foram usadas para construir esse mito.

A primeira matéria sobre Roberta Close, no jornal Folha de São Paulo, foi publicada em quatro de novembro de 1983, com o título *Roberta tenta vencer os preconceitos*. Inicia com a frase: *Tem coisa que parece que é, mas não é*. O enunciado é a reprodução do comercial de TV que alçou Roberta Close à fama. Na matéria, a beleza e os traços femininos da modelo são destacados. No entanto, o repórter completa: *na verdade trata-se de um travesti*. No texto, a trajetória da modelo é apresentada: *foi descoberta por um publicitário em um aeroporto, se*

encantou com a beleza e a convidou para estrelar o comercial de uma fábrica de armário modulados.

Durante o texto, Roberta define-se como transexual e não travesti. Segundo a própria, *travesti é quem se veste de mulher; transexual é quem se sente realmente mulher, embora tenha nascido em um corpo de homem.* Em outro trecho do texto, o repórter afirma: *Roberta Close é uma mulher. Dificilmente quem a vê de perto, mesmo sabendo de seu sexo real,* percebe que tal enunciado corrobora a percepção ambivalente da transexualidade: ora, concorda que ela é uma mulher, ora afirma o sexo, a genitália, como pressuposto essencial para ser uma mulher. Ao final da matéria, Roberta Close critica o próprio comercial que participou: *O produto vendido como se fosse uma imitação, não genuíno,* revelando, novamente, a ambivalência quanto à condição transexual.

A crônica publicada em cinco de julho de 1984, e assinada por Patrício Bisso, inicia-se com a seguinte frase: *Não dá pra acreditar que uma coisa como essa durasse.* O que está sendo chamado de “coisa” é a visibilidade e o sucesso alcançado por uma pessoa transexual. Destaca-se que a análise sobre a transexualidade de Roberta Close, a partir de um olhar heteronormativo. Adjetivada ironicamente de “*Nossa musa*”, a crônica apresenta uma visão de Roberta Close como astuta, calculista, que utiliza o corpo para benefícios financeiros; curiosamente, estereótipos relacionados às mulheres. Em um trecho, o autor afirma: *Faz a linha moça fina. Não é nada boba. Consegue que os homens paguem a conta dela.* Em outro trecho do texto, Roberta é comparada, em um sentido de escárnio, a uma boneca: *Bertinha, a boneca educativa, a única que vem com pipi e peitinho.*

Assim, a visibilidade alcançada pela modelo é resultado do que ela pode oferecer aos homens cisgênero⁶. No entanto, tais “benefícios” se estabelecem justamente pelo exotismo, a condição de desvio que em nossa sociedade é percebido como inerente à condição transexual.

O artigo assinado por Irene Cardoso, publicado em 13 de junho de 1984, e intitulado *A musa Roberta Close e o machismo atual*, propõe discutir como a essencialização da feminilidade representada pela apresentação performática de

⁶Cisgênero é a pessoa que se reconhece como pertencendo ao gênero que foi compulsoriamente designada quando nasceu. Ou seja, nasceu com um pênis e por conta disso, foi compulsoriamente designado como homem e se reconhece como homem; nasceu com vagina e foi compulsoriamente designada como mulher, e se reconhece como mulher.

Roberta Close é uma expressão do machismo à brasileira, no qual os homossexuais masculinos não podem exercer sua sexualidade sem se fantasiar de mulher. Confundindo-se nos conceitos de gênero e sexo, a autora chega a afirmar que Roberta Close é de fato um *ser humano bellissimo*, mas ao reivindicar uma performance feminina e da feminilidade, segundo a qual, apresentação como *moça bem comportada, bem maquiada, vestida como uma pantera e cheia de preconceitos em relação às lésbicas*, Roberta Close afirmaria os estereótipos às mulheres cisgênero na cultura brasileira.

Além disso, para Irene Cardoso, o fato de homens cisgênero se sentirem sexualmente atraídos por Close revela que a modelo e sua feminilidade evidente seriam um *erzast* - palavra em alemão, que em tradução livre significa substituto - para que homens cisgênero sob o manto da heteronormatividade pudessem realizar desejos homossexuais reprimidos.

Em *A exceção virou regra*, crônica publicada em 16 de junho de 1984, o escritor Ruy Castro discute a visibilidade alcançada por Roberta Close como *símbolo sexual*. De acordo com escritor, Close seria *a nora que todas as mães gostariam de ter*. Posteriormente, no entanto, Castro explicita a condição de transexual de Roberta ao dizer: *com exceção de que Roberta é homem*. Percebe-se, na frase utilizada pelo escritor, que a condição de transexual é a própria ironia.

Utilizando-se de um texto do Antropólogo Roberto da Matta, *O carnaval é a crise*, Castro argumenta que Roberta Close, pela ambiguidade de sua condição transexual (no texto, o escritor refere-se a Roberta como travesti) representaria a própria *liminaridade* apresentada no carnaval, quando “ a realidade é colocada de cabeça para baixo”. Roberta, no entanto, exorbitaria a *liminaridade* permitida apenas durante o carnaval, ela significaria *o sonho brasileiro que não se pode realizar*.

Ao final do texto, Castro destaca que, em detrimento de outros símbolos sexuais cisgênero, entre as quais, Luísa Brunet, Lídia Brondi e Regina Duarte que *Roberta Close habita nossas fantasias*. Destaque-se o pronome pessoal Nós, provavelmente referindo-se aos homens cis e heterossexuais, revelando a fetichização da condição transexual.

No texto publicado intitulado *A fama de Roberta Close não elimina o preconceito*, assinado por Paulo Sergio Pinheiro, em 23 de julho de 1984, o autor discute que a visibilidade alcançada por Roberta Close, para ele, foi alçada à

condição de mito. Não elimina o preconceito aos travestis, categoria a qual enquadra Close. Interessante notar que o autor trata Roberta Close sempre com pronomes pessoais femininos, utilizando-se, inclusive, do pronome de tratamento “dona”. Segue trecho do texto: *Dona Roberta não está obrigada a levar em conta seus colegas, nem está se cobrando alguma militância ou manifesto. Simplesmente consta-se que depois de Roberta Close o preconceito e a pressão a opções individuais continuam intocadas.*

No texto *Roberta Close, por que tão próxima?*, escrito pelo psicanalista Guilherme W Machado, em 24 de junho de 1984, o autor pergunta porque o *leitor voyeur, que sabe que Roberta Close é um travesti, quer ver em sua revista*. Para o psicanalista, Roberta Close materializaria, por ser também uma mulher *bonita e atraente, os desejos escatológicos, uma acumulação de experiências orais, anais e fálicas*. No terceiro parágrafo, o autor analisa que o fato de Roberta Close ter um pênis representa *uma atração a mais*, reproduzindo uma citação de Lacan. Para o psicanalista, Roberta Close desperta desejos diferentes, condizentes com uma libido que mistura tendência homossexuais e heterossexuais. O autor adjetiva Close como um ser andrógono, assim, a atração despertada por Roberta Close seria a manifestação de desejo homossexual recalcado.

A matéria intitulada *Roberta Close, a bela esfinge*, assinada pela Jornalista Junia Nogueira de Sá e publicada em 31 de maio de 1984, pretende “desvendar” o mistério que cerca Roberta Close. A jornalista entrevista a modelo, que revela seus hábitos cotidianos. Casada, Roberta não revela a identidade do marido; a modelo afirma que prefere levar uma vida “simples”, preocupada com leituras e os cuidados domésticos. Destaca-se aqui um dos trechos da matéria, na qual Roberta Close reconhece a efemeridade da visibilidade alcançada em torno si. Reconhece que tal visibilidade se apresenta pela condição transexual, uma “curiosidade” como ela mesmo define e chega a destacar: *um dia, quando a moda Roberta Close passar, junto meu dinheiro, vou para Londres e me opero. Viro mulher e vou para um lugar onde ninguém me conheça*. Na fala, percebe-se a ideia de que a cirurgia de resignificação sexual era requisito para torna-se uma mulher “de verdade”. A própria adjetivação de Roberta Close como uma esfinge revela toda uma condição enigmática que a sua experiência denota em nossa sociedade.

Em *Roberta Close vs o brincar*, texto da psicanalista Betty Millan, publicado em dois de novembro de 1984, a autora se propõe a analisar como Roberta Close encarna um modelo de feminilidade nacional. Segundo Millan, Roberta enclausura o próprio sexo e, assim, negaria a diferença. Associando o “fenômeno” Roberta Close ao carnaval e ao “brincar”, Millan destaca que Roberta, ao assumir uma performance totalmente “feminina, negando toda a possibilidade de manifestação do masculino, nega a cultura da ambivalência, do “brincar” representado pelo carnaval, esse visto como traço da cultura brasileira.

Em matéria factual, publicada em 21 de agosto de 1990, intitulada *Close quer documentos de mulher* há o relato do ingresso de Roberta Close à Justiça, solicitando mudança do seu nome o registro civil. Segundo a matéria, Close, adjetivada como modelo, alega constrangimentos pelo fato de que a aparência feminina não condiz com o nome registrado em seus documentos. A matéria relata que o juiz solicitou a três peritos para examinarem a vagina de Roberta, analisando *o aspecto, profundidade e largura*, observa-se, no texto, a consonância entre os discursos jurídicos e médicos na busca pela legitimidade na enunciação, quanto à identificação de gênero.

A matéria publicada em 12 de fevereiro de 1992, sob o título *Roberta Close tenta mudar registro civil*, ela é adjetivada como modelo e ex-travesti. A matéria relata que Close submeteu-se à cirurgia de ressignificação sexual em 1989. Também é revelado o nome civil da modelo, Roberto Gambina Moreira. O texto revela que a juíza responsável pelo caso exigiu a apresentação de documentos que *atestem a mudança de sexo*. Novamente, o discurso jurídico e médico são acionados para legitimar a identificação de gênero.

Na matéria *Congresso discute operação transexual*, publicada em 21 de março de 1993, Há um intertexto, no qual é revelado que Roberta Close conseguiu mudar o nome no registro civil. Segundo a matéria, A juíza da 8ª Vara do Rio decretou a morte legal de Roberto Gambini Moreira, ao autorizar Roberta Close a usar o nome Roberta Gambini Moreira. Destaca-se, contudo, a exigência jurídica: ao lado do registro civil há a inclusão da palavra “operada”, fato que revela que ambiguidade transexual é afirmada.

Em matéria publicada em 30 de setembro de 1997, com o título *Ministro quer nova lei para transexual* destaca a notificação do ministro do Supremo, Celso de

Mello, à Câmara dos deputados para a discussão de uma lei que autorize a cirurgia de ressignificação sexual, além da autorização da mudança do registro civil. Na matéria, há uma citação a Roberta Close, cujo recurso para a mudança de nome foi negado pelo Supremo.

Em resenha intitulada *Roberta Close passa sua História a limpo*, publicada em nove de maio de 1998, Marcelo Rubens Paiva analisa o livro: *Muito prazer, Roberta*, a biografia de Roberta Close. No texto, Marcelo adjetiva a modelo como mito. Enumera alguns adjetivos associados a Roberta: travesti, homossexual, transexual, hermafrodita e andrógono.

Na crítica, Paiva apresenta a trajetória de Close, destacando que, desde a infância, Roberta se via como mulher e revela uma possível intersexualidade, pois, desde a infância tinha os testículos pouco desenvolvidos. Ao final do texto, Marcelo Rubens Paiva destaca que o apelo das imagens que retratam Roberta Close confirmam que *sua ambiguidade tem sentido. É uma mulher, ora bolas*.

Ao longo de praticamente duas décadas, Roberta Close esteve intensamente referenciada nos principais veículos de comunicação de nossa sociedade, mas o seu período de maior notoriedade foi a década de 1980. A partir dos trechos de matérias e reportagens citados anteriormente, é possível perceber que a sua exposição nos meios de comunicação, quase sempre, ganhou um tom de exotismo.

4 - A transexualidade e a liminaridade permanente

A excessiva visibilidade dada a Roberta Close se por um lado colocou em cena uma experiência quase desconhecida no Brasil, a transexualidade, por outrolado produziu um discurso que condicionou tal experiência no lugar do bizarro, do bestial, do exótico. Nesse sentido, todo o discurso produzido em torno de Roberta Close, expõe o lugar social que é ocupado pela transexualidade em nossa sociedade, a da *liminaridade permanente*.

Dessa maneira, pretende-se, a partir do que foi evidenciado, abordar o lugar social da mulher na transexualidade em nossa sociedade, a partir da ideia da liminaridade. O conceito de liminaridade que tomo como referência é o proposto por Victor Turner.

Cabe aqui pontuar que o conceito de liminaridade presente na teoria de Turner se deve à sua leitura da obra de Arnold Van Gennep, na qual este ponderava

a existência de uma generalidade na estrutura do processo dos ritos de passagem. Segundo Van Gennep (2009), os ritos de passagem são compreendidos por três fases – separação, margem e agregação.

A partir dos escritos de Gennep, percebe-se que, das três fases, a separação é entendida como o afastamento do indivíduo ou do grupo, de um lugar fixo na estrutura social ou de um estado. Já a margem ou limiar é o estado (passageiro) ambíguo que tem poucos atributos do estado passado ou futuro. E, por fim, a agregação é a passagem consumada.

De acordo com Van Gennep (2009), a margem desenvolvia um simbolismo próprio em relação às outras fases que ele nomeou de liminar. Nos períodos liminares, os indivíduos que participavam do ritual se encontravam fora das estruturas da sociedade entre as quais se movimentavam; essa movimentação é o sentido do rito de passagem. Na obra de Van Gennep, os indivíduos liminares eram neófitos, os adolescentes, os noivos, a parturiente etc.

A partir da leitura da obra de Turner, compreendemos a liminaridade como o momento alto no ritual, pois a estrutura social se encontra em suspensão e, por isso, existe há ausência de “status”, de diferença sexual, de classes, hierarquia, de obrigações de parentesco. No momento liminar, os corpos ocupam um espaço-tempo indizível, mais potencial que se imagina, segundo Turner. O indivíduo se localiza no meio, no entre (*betwixt and between*), no limbo, no nada da estrutura cotidiana, pois o que se suspende é todo o sistema social vigente, o ordinário social, as vivências cotidianas. Por isso, Turner (1974) chamou a liminaridade de prima matéria: um estado bruto onde os indivíduos não estão nem dentro nem fora da sociedade, é um lugar onde se está absorto em singularidades, espaço, tempo, inclassificáveis. Turner (1974) ainda aduz que esse lugar liminar é transporte para outras realidades.

Tendo como referência, a trajetória midiática de Roberta Close, penso ser possível entender a transexualidade como um momento de liminaridade em nossa sociedade. Ao ser enquadrada pelo discurso biomédico, a experiência transexual ganha um caráter limiar, uma vez que indivíduos que vivenciam essa experiência estariam se colocando fora do mundo. Acredito que a percepção correta seria que os indivíduos que vivenciam a transexualidade são colocados fora do mundo.

Pela lógica biomédica, o indivíduo que vivencia a transexualidade sofre de uma inadequação, de maneira pontual; esse indivíduo rompe com as estruturas vigentes em nossa sociedade em relação ao corpo e aos gêneros. Gilberto Velho (1999) compreende que, no Brasil, tratar o limem e o paradoxal como negativos seria incoerente, chegando a apontar que entre nós as celebridades trans não são objetos de horror ou de abominação como acontece nos EUA.

Realmente, ao tratarmos da realidade brasileira, com suas diversas realidades sociais convivendo entre si, se inter cruzando, há uma institucionalização do intermediário que modela a sociabilidade (VELHO, 1999); é complicado entendermos a liminaridade apenas com o teor negativo. Compreendo que o fato de indivíduos que estão na liminaridade não serem objeto de horror, como o caso das pessoas que vivenciam transexualidade, não as fazem estar plenamente inseridas na sociedade.

E mesmo havendo, como diz Velho (1999), uma institucionalização do intermediário, ou seja, mesmo que a liminaridade seja um estágio muito presente em nossa sociedade, a transexualidade representando também esse liminar, não consegue romper esse estágio, pois a cirurgia de transgenitalização, entendida a partir de um discurso médico como um rito de passagem obrigatório, não consegue inserir a mulher na transexualidade plenamente no convívio social como uma pessoa reconhecidamente como uma mulher. Esse fato é muito perceptível na trajetória de Roberta Close, pois, mesmo depois da sua cirurgia, a sua condição de mulher foi e é constantemente questionada. A liminaridade é uma fase em que a mulher na transexualidade não consegue transcender, pois a cirurgia de transgenitalização não é capaz de inseri-la na sociedade com o novo papel social que é almejado e “prometido” pela cirurgia, o papel de mulher, apenas mulher, sem nenhum adjetivo a esse substantivo.

Por isso, ao tratarmos do lugar social da mulher na transexualidade em nossa sociedade, podemos perceber que, apesar do rito de passagem institucionalizado pelo discurso médico e jurídico, não consegue promover a sua agregação na sociedade. Então, falar do lugar social da mulher na transexualidade é falar de um lugar liminar e, nesse sentido, contrapondo à percepção de Velho (1999), o limem, nesse caso, é um lugar negativo, pois quem o vivencia lhe é conferido à categoria de coisa, pois a humanidade lhe é retirada e não mais lhe é concedida novamente.

Considero podermos ir mais além, em relação a esse lugar social que a mulher na transexualidade ocupa. Penso ser possível entender que, desde sempre, ela ocupa o lugar liminar em nossa sociedade, uma vez que, na infância, por apresentar o rompimento com as normatizações sociais do gênero, a mulher na transexualidade já é colocada na liminaridade que é permanente.

Algo muito perceptível, a partir da trajetória midiática de Roberta Close, foi a hipervisibilidade na qual ela foi exposta. A liminaridade permanente vivenciada pela mulher na transexualidade a faz ser hipervível. O que podemos notar, a partir da Roberta Close, é que a mulher na transexualidade sofre com uma superexposição, uma hipervisibilidade que, muitas vezes, se torna prejudicial, pois esse excesso de visibilidade promove o efeito contrário, ao invés de conferir dignidade ela é retirada. Hipervisibilidade no lugar de humanizar, desumaniza. A transexualidade, em nossa sociedade, promove no indivíduo a vivência da coisificação, e um dos mecanismos que ajuda nessa coisificação é a hipervisibilidade. A visibilidade excessiva, no caso das mulheres transexuais, transforma essa experiência em algo exótico e, por isso, ela gera efeitos negativos.

E por vivenciar essa hipervisibilidade negativa que lhe é conferida por conta da liminaridade permanente; a mulher na transexualidade consegue transitar socialmente em poucos espaços. Digo isso no sentido, como por exemplo, de atuação profissional. A própria Roberta Close teve seus principais trabalhos envolvendo uma exposição do seu corpo, sexualizando a sua experiência.

Conclusão

A trajetória midiática de Roberta Close nos ajuda a perceber como a transexualidade na sociedade brasileira foi entendida. Além da sua aparição, foi responsável pela popularização dessa experiência para a nossa sociedade, de um modo geral. Todavia, a forma que essa popularização se deu produziu uma interpretação incompleta da experiência transexual.

Roberta Close representava o ideal de beleza perseguido por mulheres e desejado por homens. Dessa forma, reforçada uma compreensão que mulheres transexuais “de verdade”, precisavam se encaixar no “padrão Roberta Close de transexualidade”, para que, por exemplo, pudesse receber o direito da realização da cirurgia de transgenitalização.

Um ponto importante nesse ser mulher, que é estipulado em nossa sociedade, é a dimensão corpórea como sendo um fator de demarcação de status, levando à aceitação ou não de pessoas dentro dessa categoria. Miriam Goldenberg, em suas pesquisas, diz que, no Brasil, o corpo é um capital, que é um bem desejado tanto nas camadas médias como nas camadas populares. Segundo Goldenberg, o corpo da mulher para ser um capital deve ser enquadrado dentro de padrões bem demarcados, ela diz:

[...] além de um capital físico, o corpo é um capital simbólico, um capital econômico e um capital social. No entanto, é preciso ressaltar que este corpo capital não é um corpo qualquer. É um corpo que deve ser sempre sexy, jovem, magro e em boa forma. Um corpo conquistado por meio de um enorme investimento financeiro, muito trabalho e uma boa dose de sacrifício (GOLDENBERG, 2011, p.49).

A configuração da mulher na transexualidade também segue esses parâmetros sociais, em que se busca uma identidade essencializada do ser mulher. O corpo é o local dessa busca constante da identidade feminina das mulheres na transexualidade. O próprio discurso médico auxilia na propagação desse imaginário, a respeito do tornar-se mulher. A categoria médica transexual verdadeiro é um reforço à ideia que existiria uma identidade fixa do ser mulher.

No caso das mulheres na transexualidade, existe a ideia de que a “verdadeira” seria aquela que teria a conduta mais próxima a de uma mulher biológica. Daí, se levantam os questionamentos sobre essa categoria, afinal qual é a conduta padrão de uma mulher? Qual o padrão de comportamento que essa categoria transexual verdadeiro criada pela medicina leva em consideração para apontar comportamentos que indiquem se alguém é ou não uma mulher na transexualidade? Nesse sentido, por dimensão mítica, Roberta Close se tornou uma referência central de uma mulher na transexualidade. E, por conseguinte, todas as mulheres transexuais deveriam preencher os requisitos que foram criados involuntariamente por Roberta.

Outro ponto importante que deve ser salientado é a visibilidade que a Roberta Close trouxe para a transexualidade na sociedade brasileira. Se por um lado ela expõe uma possibilidade de ser mulher até então desconhecida, por outro lado ela, por meio da sua exposição midiática, produz uma discursividade permeada de senso comum e estereótipos da experiência transexual. E, nesse sentido, vemos que a visibilidade que, teoricamente proporcionaria a humanização das pessoas que

vivenciam a transexualidade, em nosso caso, especificamente as mulheres na transexualidade, se torna um mecanismo que tem consequência oposta. Hipervisibilidade impede que as mulheres na transexualidade sejam compreendidas pela sociedade como pessoas e, de forma pontual, que elas sejam vista simplesmente como mulheres.

Em suma, a liminaridade permanente na vida das mulheres transexuais impossibilita as ações e o trânsito dessas mulheres em nossa sociedade, o que limita os seus campos de atuação, em especial no que se refere a satisfação psicossocial. A liminaridade na vida das mulheres na transexualidade também cria duas situações distintas, a invisibilidade, que deve ser entendida como a não consideração que essas mulheres são dignas de direitos e respeito. E, por outro lado, existe a situação da hipervisibilidade, que seria um excesso de visibilidade numa dimensão negativa, pois essas mulheres são retratadas de maneira caricata, não humana, patológica.

A trajetória de Roberta Close evidencia, de alguma forma, de como foi sendo construída a percepção da experiência transexual em nossa sociedade, uma vez que, diversas questões de cunho político dessa experiência foram, de algum modo, expostas por meio da intensa visibilidade dada a Roberta Close. Todavia, não podemos desconsiderar que Roberta Close, conseguiu alcançar lugares e posições em nossa sociedade que não é alcançado por grande parte das mulheres transexuais. Isso deu pelo fato dela reproduzir em seu corpo padrões de feminilidade que são supervalorizados na sociedade brasileira.

E, por fim, a intenção primeira desse artigo era refletir como a trajetória de Roberta Close nos ajuda pensar a construção discursiva e política da experiência da transexualidade na sociedade brasileira. Levando em consideração a maneira como ela foi exposta na mídia brasileira, por meio do jornal Folha de São Paulo.

Dados do Autor: Hugo Felipe Quintela é doutorando em Ciências Sociais (UFJF); Mestre em Ciências Sociais (UFES); bacharel e licenciado em Ciências Sociais (UFES). E-mail para correspondência: hugoquintela86@gmail.com

Referências

AMANTINO, M. *E eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas*. In: AMANTINO, Marcia; PRIORE, Mary Del (orgs.). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. Cap. 1. p. 15 – 43.

BARTHES, R. *Mitologias*. Tradução Rita Buongiorno e Pedro Souza. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BENTO, B. *A reinvenção do corpo – sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Gramond; 2006.

BENTO, B. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense; 2008.

BRANDÃO, J.S. *Mitologia Grega*. Vol II. 12ª Ed. Petrópolis: Ed. Vozes: 2001.

BURLER, J. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira: 2003.

BURLER, J. *Deshacerel gênero*. Barcelona: Paidós, 2006.

CHILAND, C. *O transexualismo*. São Paulo: Edições Loyla: 2008.

CLASTRES, P. *A Sociedade contra o Estado*. São Paulo. Cosac Naify, 2003.

COSSI, R. K. *Transexualismo, psicanálise e gênero: do patológico ao singular*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2011.

GOLDENBERG, Mirian. *Afinal, o que quer a mulher brasileira?* *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, Vol. 23, N. I, P. 47-64. 2011.

GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

MOTT, Luiz. “*A homossexualidade entre os índios do Novo Mundo antes da chegada do homem branco*”. BRITO, Ivo et al. *Sexualidade e saúde indígenas*. Brasília: Paralelo 15, 2011.

PEREIRA, C G. *Bioética e Transexualidade: Para além da patologização, uma questão de identidade de gênero*. Trabalho publicado nos Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI realizado em Fortaleza - CE nos dias 09, 10, 11 e 12 de Junho de 2010.

RAMSEY, G. *Transexuais perguntas e respostas*. São Paulo: Summus, 1998.

ROCHA, Everardo. *O que é mito*. Coleção Primeiros Passos 151. Brasiliense, 1991.

SAADEH, A. *Transtorno da identidade sexual: Um estudo psicopatológico de transexualismo masculino e feminino*. São Paulo: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: 2004. Tese de doutorado em Psiquiatria.

THÉVET, André. *Singularidades da França Antártica*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1944.

TREVISAN, J.S. *Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro. Record: 2002.

TURNER, Victor. W. *Liminaridade e Communitas*. In: O processual. Petrópolis: Ed. Vozes, 1974. p. 116-159.

VAN GENNEP, Arnold. *Os Ritos de Passagem*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1978.

VELHO, Gilberto. *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.